O Marquês de Pombal e a mudança de paradigma

The Marquis of Pombal and the shift of Paradigm

José Augusto dos Santos Alves

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/2222>

DOI: 10.4000/cultura.2222

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Janeiro 2006

Paginação: 177-192

ISBN: 0870-4546

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

José Augusto dos Santos Alves, « O Marquês de Pombal e a mudança de paradigma », *Cultura* [Online], Vol. 22 | 2006, posto online no dia 20 dezembro 2015, consultado a 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/2222> ; DOI : 10.4000/cultura.2222

Este documento foi criado de forma automática no dia 30 Abril 2019.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

O Marquês de Pombal e a mudança de paradigma

The Marquis of Pombal and the shift of Paradigm

José Augusto dos Santos Alves

AUTHOR'S NOTE

Este texto foi objecto de comunicação apresentada ao XXVIII Symposium on Portuguese Traditions (Europe, America, Africa, Asia), University of California, Los Angeles, 2005, e resulta, em parte, de idêntico tema tratado na tese de doutoramento do autor (FSCH – UNL, 1998), publicada sob o título *A Opinião Pública em Portugal (1789-1820)*. Lisboa: Universidade Autónoma, 2000, Adenda, Excerto – P.

- 1 Entrecruzamento de reflexões, subentendidos múltiplos, reminiscências ressuscitadas, aproximações, genealogias, recorrências e reaparições, o século XVIII português apresenta características transformacionais e, muitas vezes, polémicas ao nível das várias esferas, como a literária, por vezes moralizadora e costumeira,¹ a científica ou a técnica.²
- 2 Neste século "ideofágico" e "mitofágico", em que "desconhecidos" agitadores, anti-escolásticos e defensores de ideais subversores, aparentemente não coniventes com o poder, lançam a discussão no seio do Estado e da Sociedade, à boa maneira de um eclectismo pontual que não esquece a visão conservadora, mas mantendo-se abertos às inovações,³ o pombalismo⁴ aparenta-se a um marco miliário. Com efeito, a visão panorâmica de Pombal adquire, nestas circunstâncias, o seu verdadeiro sentido, graças à força "insurreccional" que o seu pensamento encerra, pois só assim foi possível fugir ao laxismo plural generalizado.
- 3 Neste contexto, o discurso, a vários níveis, perpetuador do poder, aproveita, num tempo conturbado, para exercícios obrigatórios de incondicional adesão do vassalo ao soberano e ao incontestável, mas não incontestado, poder do monarca. Trata-se de uma retórica

visível em várias manifestações,⁵ no quadro de ascensão do poder do saber ilustrado e da aristocracia do mérito, que se incorpora na nova escala de valores em construção,⁶ na qual o progresso das ciências se inscreve.

- 4 Esta breve referência conjuntural encaminha-nos directamente ao Marquês de Pombal e às mudanças de paradigma, que assegura, enquanto protagonista do poder, contribuindo para a abertura a várias transmutações, numa espécie de inter-comunicabilidade entre paradigmas.⁷
- 5 Aludo ao inovador inquérito pombalino ao sismo de 1755,⁸ e correspondentes respostas, que nos transporta para outro paradigma, ao mesmo tempo que dá ao tempo do relógio, a ele imbricado, uma outra significação, ou seja a do paradigmático isocronismo,⁹ em que o pombalismo se inscreve e prescreve, para que a sociedade interiorize uma outra temporalidade e um outro exercício do poder. Pombal, com a estratégia de eminente homem de Estado,¹⁰ tem a noção da importância que o seu acto ou actos podem trazer ao reino, ao nível do desenvolvimento científico, e as repercussões que essa acção terá no interior da monarquia absoluta.
- 6 Neste sentido, trazer à colação, passados duzentos e cinquenta anos sobre o terramoto de Lisboa, de 1755, um inquérito inédito ao choque cataclísmico e tsunami, e eventuais réplicas, é, a meu ver, oportuno, porque, na verdade, marca o começo de um acto fundador da era moderna da sismologia, porquanto até essa data apenas se têm notícias sobre raras observações que, eventualmente, se tenham efectuado.¹¹
- 7 Com a data de 20 de Janeiro de 1756, o questionário é enviado aos arcebispos de Lacedemónia, Évora, Algarve e aos bispos do Porto, Coimbra, Guarda, Lamego, Viseu, Miranda, Leiria, Portalegre, Elvas e Tomar, com a seguinte missiva:

"Para o sr. D. José, Arcebispo Primaz, S. Majestade manda remeter a V.A. os interrogatórios inclusos e é servido que, mandando-os V.A. copiar, os remeta a todos os párocos desse arcebispado, ordenando-lhes que no preciso termo que V. Alteza julgar conveniente procurem responder a eles, averiguando e examinando com todo o cuidado e exactidão o seu conteúdo, remetendo a V.A. as relações e tanto que V.A. for entregue de todas mas enviará, guardando em segredo o conteúdo nelas para as fazer presentes ao mesmo senhor. Deus guarde a V.A., Belém a 20 de Janeiro de 1756, Sebastião José de Carvalho e Melo. A mesma carta se escreveu aos arcebispos e bispos abaixo nomeados".¹²
- 8 Os "interrogatórios" inclusos apresentam-se de modo a que as perguntas se tornem iniludíveis:
- 9 "A que horas principiou o terramoto do primeiro de Novembro e que tempo durou? Se se percebeu que fosse maior o impulso de uma parte que de outra parte v.g. do norte para o sul ou pelo contrário. Se parece que caíram mais ruínas para uma que para outra parte;
- 10 Que número de casas arruinaria em cada freguesia, se havia edifícios notáveis e o estado em que ficaram;
- 11 Que pessoas morreram, se algumas eram distintas;
- 12 Se o mar vazou primeiro ou encheu, quantos palmos cresceu mais do ordinário. Quantas vezes se percebeu o fluxo e refluxo extraordinário;
- 13 Se se reparou que tempo gastaria em baixar a água e quanto em tornar a encher;
- 14 Se abriu a terra algumas bocas, o que nelas se notou e se rebentou alguma fonte de novo. Que providências se deram imediatamente em cada lugar pelo eclesiástico, pelos militares e pelos ministros;

- 15 Que terremotos têm repetido depois do primeiro de Novembro, em que tempo e que danos têm feito;
- 16 Se há memória de que em outro tempo houvesse outro terremoto, e que dano fez em cada lugar;
- 17 Que número de pessoas tem cada uma das freguesias, declarando se puder ser quantas há de diferente sexo;
- 18 Se se experimentou alguma falta de mantimentos;
- 19 Se houve incêndio e que tempo durou e que dano fez.¹³
- 20 O conjunto das inumeráveis respostas, vindas de todo o território, de que a seguir se fornece uma triagem, é o evidente testemunho da mudança que se processa no reino sob o ângulo de um outro modo de encarar o tempo, ou seja, a substituição do tempo canónico¹⁴ pelo "tempo do relógio".
- 21 A hora do desencadear sísmico apresenta-se, na maioria dos casos, pelas nove e trinta da manhã, conquanto exista uma variação entre as nove e as dez horas. O espaço de tempo da sua duração varia entre os 3-4 minutos e vai até ao quarto de hora.¹⁵ Para lá da existência, em algumas respostas, de manifestações do tempo canónico, anote-se, praticamente em todo o reino, como facto que não deixa de ser significativo do processo de mudança de paradigma, a homogeneidade do "tempo do relógio" e a sua necessidade como referente.
- 22 Se, por um lado, se assinala a coincidência horária no desencadear do sismo e a existência de relógio na torre de grande número de povoações, por outro, verifica-se a mágoa acerca do relógio que "anda poucas vezes certo" ou o lamento daqueles em cuja terra "não há relógio" que ajude à resposta correcta. A existência, ainda, de informação estribada nas "pessoas que estavam em terra de relógio" potencia, em tempo de mutação, as anteriores observações e a necessidade de uma medida de tempo análoga.
- 23 As respostas, em função das perguntas, expõem-se, por sua vez, com elevada simplicidade:
- Agadão (Aveiro) "Primeiramente, quanto ao primeiro interrogatório, como nesta freguesia não há relógio, não se pode averiguar ao certo às horas que principiou e o tempo que durou, porém parece principiaria das oito para as nove horas da manhã e que duraria um quarto de hora, pouco mais (...). 5 de Maio de 1756";
- Aguada de Baixo (Aveiro) "As horas em que começou o terremoto, principiou das nove para as dez horas, mais minuto ou menos minuto (...). 12 de Maio de 1756";
- Aguada de Cima (Aveiro) "O terremoto (...) principiou às nove horas e meia da manhã, pouco mais ou menos, e duraria sete para oito minutos (...). 31 de Maio de 1756";
- Águeda (Aveiro) "Dando resposta aos interrogatórios (...) sucedeu nesta minha freguesia com o terremoto do primeiro de Novembro de 1755. Segundo o que sei e me informaram algumas pessoas inteligentes, principiou o mesmo terremoto pelas nove horas e três quartos da manhã e duraria cinco para seis minutos (...). 16 de Maio de 1756";
- Ançã (Cantanhede) "Principiou pelas nove e meia da manhã e duraria (...) dez até doze minutos (...). 15 de Maio de 1756";
- Anceriz (Arganil) "Principiou (...) pelas nove horas e meia da manhã, pouco mais ou menos, e duraria doze minutos (...). 6 de Maio de 1756";
- Caçarelhos (Vimioso) "Principiou pelas nove horas da manhã, ou nove e meia (...), e durou o tempo em que se podem rezar duas estações, pouco mais ou menos (...). 23 de Fevereiro de 1756";

Campo de Vímoras (Vimioso) "Às nove horas e meia, mais ou menos, principiou (...) e passados dois credos tornou a repetir (...). 23 de Fevereiro de 1756";

Constantim (Miranda do Douro) "Principiou pelas nove horas da manhã com pouca diferença e duraria um quarto de hora (...). 3 de Março de 1756";

Vilar do Chão (Alfandega da Fé - Bragança) "O terramoto (...) me parece principiou às nove horas da manhã e durou de oito até doze minutos (...). 29 de Fevereiro de 1756".¹⁶

Alandroal "Se sentiu um tremor violento da terra (...) pelas nove horas às dez da manhã, que durou um quarto de hora pouco mais ou menos (...). 10 de Abril de 1756";

Almaça (Viseu) "Esta miserável terra, como nela não há relógio, alguns fregueses que tiveram notícia deles não sabem a que horas foram e nem sabem quantos foram (...). 20 de Maio de 1756";

Almoester (Leiria) "Às nove horas e trinta minutos pouco mais ou menos principiou (...), durando este por espaço de três para quatro minutos (...). 7 de Maio de 1756";

Benavente "Principiou depois das nove horas e meia (...) e teria de duração seis minutos (...). 28 de Fevereiro de 1756";

Castanheira (Chaves) "Respondo que seriam nove horas e meia quando começou e que duraria meio quarto de hora (...). 6 de Março de 1756";

Ervedal (Portalegre) "Principiou pelas nove e meia, pouco mais ou menos e durou nove ou dez minutos (...). 6 de Maio de 1756";

Linhares (Celorico da Beira) "Pelas nove horas e meia (...), dando notícia dele primeiro o relógio sito na torre do castelo desta vila com o seu toque movido pelos impulsos do tremor e isto pelo espaço de sete minutos pouco mais ou menos (...). 6 de Maio de 1756";

Mangualde "Eram nove meia (...) começou a terra a tremer, cujo tremor e abalo duraria pelo espaço de uma estação (...). 14 de Maio de 1756";

Melo (Gouveia) "Nesta terra (...) o relógio anda poucas vezes certo e por isso não podemos averiguar as horas (...). 7 de Maio de 1756";

Mortágua (Viseu) "Seriam nove horas e meia da manhã (...) e duraria sete até dez minutos de espaço de tempo (...). 3 de Maio de 1756";

Veiros (Estremoz) "Principiou entre as nove e dez horas da manhã pelo relógio da torre desta vila, durou oito minutos pouco mais ou menos (...). 28 de Fevereiro de 1756".¹⁷

- 24 Em sentido semelhante caminha a "HISTORIA DO TERREMOTO DO ANNO DE 1755", com a particularidade de anotar, com curiosidade científicada, outras réplicas sísmicas acontecidas nos dias subsequentes:

"No ano de 1775. Em o 1º de Novembro, às 9 horas e 40 minutos da manhã, sucedeu o lastimoso terramoto que será sempre memorável em todas idades (...). Tremeu a terra com três impulsos (...), durando tudo isto 9 minutos. As terras e planícies pareciam, na sua fuga ou correntes, ondas do mar ou searas por causa dos ventos ondeando, ora se via mover vertical, ora se inclinava para um e outro lado, sendo os movimentos contrários e opostos, fazendo estes precipitar os palácios, os conventos, as igrejas, as torres e todas as casas com incrível impulso";¹⁸ "No 8º dia, pelas 5 horas e 30 minutos da manhã, tremeu a terra com ímpeto furioso e o abalo durou pouco. No dia 15, pelas 5 horas da manhã, se sentiu um grande impulso. No dia 16, pelas 3 e 30 minutos da tarde, a explosão foi horrorosa (...). No dia 8 de Dezembro, entre as onze e o meio-dia, todos aqueles que viviam em casa saíram para a rua com precipitação (...); no dia 11, pelas 4 horas e 55 minutos da manhã, tremeu a terra duas vezes com violência..."¹⁹

- 25 Como pode verificar-se, os "interrogatórios", que Sebastião José de Carvalho e Melo ordena a seguir ao terramoto do dia de todos-os-santos, deixam antever, salvaguardados pressupostos epistemológicos, a escala de Mercalli,²⁰ ao ponto de poder falar-se, com alguma propriedade, em ruptura técnico-científica, tal é a inovação que introduzem em

Portugal e a contribuição que fornecem para a mudança de paradigma na área de estudo deste tipo de fenómenos.

- 26 Eivado de espírito científico, precursor em relação ao seu tempo, o inquérito pombalino, uma espécie de "dodecálogo", produto da sua latente modernidade,²¹ assinala um passo para o surgir da sismologia moderna, ao mesmo tempo que, exibindo o pragmatismo de Sebastião José, e entrando na domínio da estatística demográfica, introduz no conjunto das perguntas uma questão que encaminha à tentativa de elaborar o censo da população.
- 27 Para compreender a importância da contribuição do inquérito pombalino, é necessário recordar que a escala de Mercalli surgirá mais de um século depois e que a utilização de sismógrafos, inventados no século XIX, e capazes de medir a grandes distâncias das ondas emitidas pelos tremores de terra, data dos anos 1920.²²
- 28 Perante um fenómeno natural de poder devastador, Pombal colocou, como é sabido, no cume das prioridades, a minoração dos efeitos suportados pelos homens. Mas isto implicou, ao mesmo tempo, um conhecimento científico do fenómeno e a posse de meios técnicos de protecção,²³ com a finalidade de minimizar, no futuro, dolorosos resultados de idêntico cataclismo. Ou seja, não descurou, a meu ver, o estudo dos efeitos do sismo, abrindo a via para acumular ensinamentos que, pouco a pouco, determinassem as regras de protecção parassísmica e carreassem novas contribuições.
- 29 Todavia, para lá da ruptura técnico-científica, que em si encerram, os "interrogatórios" remetem-nos para o sistematizado aparecer de um novo conceito de temporalidade, no mínimo de outra medição do tempo, que devendo ser olhado na perspectiva social, económica, política e cultural, merece, sobretudo, ser visto sob o ângulo em apreço neste trabalho, isto é, no de um outro tempo que se aproxima.
- 30 As práticas temporais mudam, as atitudes face ao tempo modificam-se igualmente. Contudo, a "redução" dos tempos da vida a uma representação cronológica torna-se empobrecedora, não apenas para a sociologia e a psicologia, mas também para a história, e, *a fortiori*, para a interpretação plural dos passados, assim como para a construção previsional dos presentes, a vir, nos ensaios de prospectiva e planificação. Não existe um tempo, mas tempos. Cada um, entre eles, possui características próprias. São irredutíveis uns aos outros. A novidade consiste precisamente em considerar o tempo como um objecto científico, colocar sob estudo o tempo único, homogéneo e regular, inacessível e dominador.²⁴
- 31 O que é um quadro temporal? A expressão é auto-suficiente. Ela encerra qualquer coisa nos limites definidos, justapondo ou opondo um continente e um conteúdo, uma cronologia e um acontecimento, ou seja uma "geometria" e uma "substância".²⁵ A noção de quadro temporal distingue um tempo envolvente – a geometria – de tempo envolvido – os da substância. Estes últimos reagem mais ou menos ao envolvimento. O tempo envolvente é um tempo reconhecido, aceite como referência e convenção. Os tempos envolvidos apenas se descobrem com o exercício.
- 32 Neste sentido, olhando para o tempo do "relógio pombalino" pode dizer-se que ele assinala o futuro da regularidade que caracteriza o quadro temporal do trabalho. A história dos quadros temporais do trabalho revela uma tendência constante à regularidade: desaparecimento das variações sazonais, melhoramento das relações, principalmente com a adopção do "tempo justo" e do "mesmo a tempo". O quadro temporal duplica-se de um efeito de reiteração indefinida, numa perspectiva de avanço no seio da mesma sociedade, onde as instituições, como os comportamentos, obedecem às

regulações do relógio, sem precedentes na história do mundo, em que os quadros temporais passam a ser, muitas vezes, indutores de comportamentos.

- 33 O relógio não nivela apenas, ele reduz os homens à autoridade da sua medida e à medida do poder. Transforma-os em indivíduos intercambiáveis de urna população estatística. A gestão das actividades produtivas elimina as soluções de continuidade. Também os quadros temporais se sucedem em série. Os quadros temporais concorrem entre si quando, em lugar de se justaporem, de se sobreporem, de se interpenetrarem, um disputa ao outro uma mesma duração do relógio. Como afirmava Marx "o homem é a carcaça do tempo".²⁶
- 34 Na verdade, a modernidade exige que, nos quadros temporais, apenas as suas limitações precisas e rigorosas autorizam a sua designação enquanto quadros temporais. A eleição de um quadro temporal pessoal, sobre medida, "um tempo intersticial",²⁷ inscreve-se nos sonhos utópicos, mas também, depois de algum tempo, numa perspectiva futurista, como a que inspira "a revolução do tempo escolhido".²⁸
- 35 O que se identifica com a noção de quadro temporal, são as práticas correntes, os comportamentos regulados sob um instrumento de medida. É esta medida que chamamos o tempo, sem nos perguntarmos o que ela mede verdadeiramente. A medida cronológica abstracta recobre totalmente, de maneira aproximativa ou completamente falsa, os tempos reais. A noção de quadro temporal não pode dissipar esta camuflagem, nem denunciar esta ilusão. Ela serve para tornar mais manifesta a multiplicidade de construções temporais do relógio e a variedade dos seus conjuntos. Diga-se de passagem que ela também sublinha a extensão da nossa sujeição.
- 36 O que é um relógio? Um instrumento que transforma uma energia potencial em energia cinética, organizando regularmente o débito desta última. Para que os tempos produzidos pelos relógios sejam concordantes, escolheu-se um modelo comum. O movimento dos astros forneceu-o há muito tempo. Os relógios reproduziram pois, tão fielmente quanto possível, um tempo celeste julgado perfeito. Mudou-se várias vezes de referência astral, depois foram sendo descobertas melhores periodizações.²⁹ A qualidade do instrumento de medida e a sua referência têm aqui uma importância menor. É a aplicação mensural do tempo do relógio produzida ou reproduzida que constitui o problema. Na medida em que este é regular, homogéneo, contínuo, ele só pode medir tempos que o são também. Dito de outro modo, o relógio aplica-se sobre os tempos que são descontínuos, irregulares, não homogéneos, quer dizer todos os outros. O relógio não dá uma medida. O relógio opera uma assimilação. Distinguir um tempo mensural de uma realidade pretensamente mensurada, é já recusar a unicidade do tempo. Ou seja, existem tempos que não podem ser assim medidos, porque se caracterizam pela sua incomensurabilidade.
- 37 Serve este diminuto comentário para recordar que o pombalismo está presente na génese de uma cultura temporal que vai corresponder à expansão da indústria mecanizada, ao tempo do relógio, hipertrofiado em detrimento de outros, desconhecidos, mal conhecidos ou perdidos de vista, tendendo a impor-se em tudo e por tudo. Ele influencia fortemente as atitudes e os comportamentos. A vida pessoal e social sofre os efeitos de um envolvimento temporal demasiado fabricado.³⁰ Nesta interpretação, o pombalismo coloca um termo ao tempo personificado.
- 38 Mas, o tempo é, com o Marquês de Pombal, também expressão de um fenómeno, o terramoto de 1755, que produz o seu tempo, do mesmo modo que fenómenos análogos produzem tipos de tempos que lhe são próprios. As qualidades de tal tempo – homogéneo

ou descontínuo, por exemplo – avaliam-se em comparação com as de tal outro tempo – irregular ou ritmado, por exemplo – provenientes de tal outro fenómeno. O tempo de um fenómeno supõe modificação em curso, actividade, movimento. "O fenómeno é o facto em movimento, é a passagem de um facto a um outro".³¹

- 39 Desta relação do tempo com o sismo resulta que o tempo produzido pelo fenómeno tem tanta realidade como o próprio fenómeno. Não se consegue abstrair. Não podemos vê-lo como uma simples imagem da mobilidade ou um número puro, o número do movimento ou de toda a medida convencional. Existe pois tanto de tempo como de fenómeno. No mínimo, isto significa que um só fenómeno pode produzir vários tempos, sucessivamente ou simultaneamente. Associar os tempos aos fenómenos que os produzem conduz ao reconhecimento da sua multiplicidade e da sua diversidade.³² Quer isto dizer que um só fenómeno pode produzir vários tempos, de que é exemplo o inquérito pombalino, ou seja, ao longo de todo o reino um só fenómeno exprimindo vários tempos.
- 40 Percebe-se bem a importância do tempo do relógio na sua articulação com o tempo do sismo. Sebastião José de Carvalho e Melo prepara a modernidade que intuía. Paradigmático nos "inqueritos" ao sismo, inscreve aí um outro paradigma, o do tempo do número, que irá marcar a sociedade futura, o que nos conduz a outra variante a ter em apreço: o exercício do poder.
- 41 Embora umas "espécies de tempo" sejam mais naturais que outras, e usualmente o "tempo do relógio" seja olhado como artificial, comparado com a mais "natural" percepção subjectiva do tempo ou da temporalidade que resulta de certas adaptações aos ritmos sazonais e outros condicionalismos ambientais ou biológicos,³³ o facto é que o "tempo do relógio" marca o início de uma transformação vital na maneira de olhar a temporalidade. Com efeito, o "movimento obedece a uma lei matemática. O tempo e o espaço estão ligados pela lei do número".³⁴
- 42 Na sequência das mudanças produzidas no século XVII, a necessidade de uma outra medição do tempo é uma ocorrência que se articula e adequa a uma duração infinita e a um espaço infinito. Na verdade, as mutações produzidas pela revolução do século anterior ao de setecentos assentam em dois elementos cruciais: a destruição do cosmos e a geometrização do espaço. Ou seja, como afirma Koyré, "a) a destruição do mundo concebido como um todo finito e bem ordenado (...) e a substituição deste por um universo indefinido, e até mesmo infinito (...) unido apenas pela identidade das leis que o regem (...); b) a substituição da concepção aristotélica do espaço, conjunto diferenciado de locais intramundanos, pela geometria euclidiana – extensão homogénea e necessariamente infinita –, daqui em diante considerada como idêntica, na sua estrutura, ao espaço real do universo".³⁵
- 43 Unido a este horizonte científico, o tempo é talvez, entre os aspectos de uma cultura, aquilo que melhor caracteriza a natureza. Ele é a incarnação, ele está ligado à concepção do mundo de uma época, ao comportamento dos indivíduos, à sua consciência, ao seu ritmo vital, às suas relações com as coisas.³⁶ "Até à época capitalista, diz Gourevitch, o tempo foi sempre local. Não existia, com efeito, a medida do tempo único para os territórios extensos e menos ainda para os Estados e regiões mais vastas. O particularismo da vida social aparecia também nos sistemas de cálculo de tempo. Ele sobreviveu ainda muito tempo, mesmo depois da passagem à medida mecânica do tempo, cada vila possuía o seu próprio tempo. Mas este novo meio de determinação do tempo torna possível a sua unificação e os governos, tomando o controlo do tempo, impuseram, como única exacta, a sua própria hora a todos os súbditos. O tempo local separava, enquanto que o tempo do

Estado, depois o dos fusos horários, se tornou um meio de união, de reforço dos laços. É assim que nasce uma temporalidade única.³⁷

- 44 Neste sentido, pode afirmar-se que no pombalismo existe uma evidente percepção de como governar a sociedade, que se articula com uma nova noção de tempo, que já não se rege pelo sino do campanário mas pelo relógio da torre, i.e., um tempo que se adequa ao espaço físico, mas sobretudo ao espaço das relações e, obviamente, da comunicação e da informação.
- 45 A heterogeneidade qualitativa do "espaço é substituída por uma homogeneidade, a física dos espaços suprida pela física das relações, do mesmo modo que a medição do tempo canónico é trocada pela medição mecânica do tempo. E uma nova noção de tempo que suscita uma nova distribuição da linguagem, facilitando as trocas, o progresso do saber, o exercício do poder. A homogeneidade do tempo torna, assim, possíveis novas formas de comunicação e outros tempos de informação, isto é, imaginar e informar, factos e acontecimentos, liberdade e autenticidade.
- 46 É uma noção que se inclui num projecto de universalização das relações económicas, sociais e políticas e de poder, da qual faz parte uma "revolução" na nova maneira de medir o tempo que se integra e articula nas trocas, no capital, no mercado, no trabalho e na amplificação do saber, uma nova concepção de tempo que se torna tributária dos interesses da produção e do exercício do poder, logo da comunicação e da informação, em que se pressente, também, o interesse na vocação em servir a sociedade.
- 47 Tornando-se universal no meio de todas as mudanças, a nova concepção de medida do tempo (englobando e articulando simultaneidade, sucessão, duração e passado, presente e futuro, em que cada instante é o resumo de um espaço) determina vários espaços que vão do físico ao histórico. Aqui, o espaço técnico-económico não coincide com o espaço político, nem com o espaço cultural. A nova medida do tempo integra-os em função da globalidade/pluralidade do espaço que, circunscrito pela homogeneidade do tempo, melhor transforma a natureza em força produtiva e hierarquiza e maximiza a sua utilização com o concurso activo ou passivo de diversos agentes.
- 48 Trata-se de uma reorganização (de que o próprio inquérito mandado efectuar por Pombal é um exemplo paradigmático) das funções políticas, sociais, administrativas, etc., entre as diferentes fracções do território. Cada ponto do espaço torna-se pois importante em poder e nos factos, uma via de especialização na utilização do território, seja ela de origem natural ou cultural, ou provenha de intervenções políticas e técnicas, especialização que é significado de uma redescoberta da natureza.³⁸
- 49 A partir do momento em que a natureza se define de nova maneira e se renovam as suas relações com o homem, uma nova noção de medida do tempo é necessária, instrumento de uma outra crescente solidariedade entre momentos e lugares. Se o tempo é organizado em torno de acções e estas acções formam uma sequência cujo significado aparece no tempo e dá ao tempo um significado, então, numa espécie de "paradoxo dialéctico", que torna possível a visão histórica, o significado das acções mostra-se fora do tempo.³⁹
- 50 Nesta interpretação, o inquérito pombalino acerca do sismo de 1755 dá ao tempo uma outra significação, que não a intimamente escatológica, mas antes a de uma nova concepção da temporalidade,⁴⁰ em harmonia com um outro mundo de vida que se avizinha e a mudança de paradigma político que se anuncia.

NOTES

1. Considere-se, entre outros, LUCA, Franco de Assis Amado e – *Critica Moral contra os vícios em comum, seu autor*. Partes I e II. Lisboa: Na Officina de Joze Filipe, 1758.
2. Leia-se: *Carta apologetica critico-medica. Su author, el doctor D. Francisco Pl. medico en corte de Lisboa, natural del principado de Catandia*. Dada à luz, por un cavallero portuguez, amante de la verdad, e de la publica salud. Lisboa: En la Imprenta de Joseph Phelippe, 1760, e B. J. de L. C. B. – *Juizo verdadeiro sobre a carta contra os medicos, cirurgioens, e boticarios ha pouco impressa com o titulo 'Sustos da vida nos perigos da cura', exposto em huma carta de hum amigo a outro, que sobre ella pedio o parecer*. Lisboa: Na Officina de Joseph Filipe, 1758.
3. Veja-se a Ilustração e, a propósito, DIAS, José Sebastião da Silva – *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*. Separata da *Biblos*, vol XXVIII. Coimbra: Coimbra Editora, 1953, pp. 184 e ss. e PEREIRA, José Esteves – *Luzes na Enciclopédia, Luzes em Portugal*. Colóquio Internacional Diderot. Lisboa: Universitária Editora, 1987; cfr., sobre o eclectismo em Portugal, DIAS, José Sebastião da Silva – *O Eclectismo em Portugal no século XVIII: Génese e destino de uma atitude filosófica*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972.
4. Veja-se, a este respeito, DIAS, José Sebastião da Silva – *Pombalismo e teoria política*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982; *Pombalismo e projecto político*. Separata da *Cultura: História e Filosofia*, vols. II e III. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1984, e RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Projecções do reformismo pombalino*. Coimbra: Arq. da Universidade, 1984.
5. Cfr., entre outros, *Nas reaes nupcias do serenissimo senhor D. Jozé, principe da Beira com a serenissima senhora infanta D. Maria Francisca Benedita*. Lisboa: Na Officina de João Antonio da Silva, 1777.
6. Aprecie-se *Elogio historico de Pascoal José de Melo Freire dos Reis pronunciado na assembléa publica da Academia R. das Sciencias de 17 de Janeiro de 1799, e dedicado a sua alteza real o principe D. João nosso senhor*. Lisboa: Na Typographia da Academia R. das Sciencias, 1799. Sobre Pascoal de Melo Freire, veja-se PEREIRA, José Esteves – *Pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: I.N.-C.M., D.L. 1983, sobretudo Parte IV, caps. I-V, pp. 243 e ss.
7. O conceito de paradigma, sempre polémico, independentemente da área do saber que o adopta, deve ser olhado sob a perspectiva concernente à definição de um estado da ciência ou das ciências, que consiste em insistir sobre a especificidade e sobre o carácter determinante das técnicas de pensamento que ele institui, um conjunto de ideias inscrevendo-se num sistema de pensamento, que se manifestam por técnicas precisas e complexas, tanto na materialidade das experiências como na construção dos conceitos. (Cfr. BACHELARD, Gaston – *La formation de l'esprit scientifique: contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. Paris: J. Vrin, 1993). Na verdade, não é difícil reconhecer, em certas épocas, uma unidade de conjunto do pensamento, quanto à maneira de colocar e de resolver os problemas de determinados domínios da ciência. Contudo, também é verdade que esta unidade de concepção que se impõe tão fortemente aos espíritos, conduz a que toda a tentativa para lhe introduzir rupturas, com lucro de um projecto novo, que lhe alarga e aprofunda o campo, se debate com resistências aparentemente fundadas e que só são ultrapassadas ao preço de uma regeneração. (Cfr. KUHN, Thomas S. – *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996). Todavia, a virtude estabilizadora do paradigma, se é seguramente mantida por constrangimentos económicos e sociais, e talvez sobretudo pela coerência e pela dinâmica interna de uma organização conceptual, entra em colapso, quando o efeito manifesto da acumulação de conhecimento científico, num processo feito de mutações e rupturas, continuidades e descontinuidades, a

dialéctica interna do progresso científico, conduz às inovações mais surpreendentes da ciência, as mais imperceptíveis (Cfr. GRANGER, Gilles Gaston – "Épistémologie". *Encyclopaedia Universalis*. Corpus 8. Paris: Encyclopedia Universalis, 2002, pp. 473-480), em que poucos tomam verdadeiramente conhecimento do que está a acontecer.

8. Enviado a 20 de Janeiro de 1756, por Sebastião José de Carvalho e Melo, aos arcebispos e bispos do reino (cfr. IAN-TT. *Ministério do Reino: Livro de Avisos* 5, nº 3, classe 1ª, 1756-1757, fls. 8). Face aos dados de que disponho, julgo tratar-se do primeiro, e inédito, dos "interrogatórios" ordenados sobre o sismo de 1755. Outros se seguiram, com modificações e adições, mas mantendo o arquétipo de 20 de Janeiro de 1756. Uma vez que neste trabalho apenas se abordam, sob a perspectiva da mudança de paradigma, as questões da sismologia e da temporalidade, os diferentes e restantes conteúdos do conjunto do inquérito e das respostas fornecidas serão, futuramente, objecto de estudo. Sobre outros "interrogatórios", veja-se SOUSA, Francisco Luís Pereira de – *Ideia geral dos efeitos do megasismo de 1755 em Portugal*. Lisboa: Typ. do Commercio, 1914, pp. 6 e ss. Este autor informa sobre um questionário, de conteúdo semelhante, que transcreve, mas não idêntico ao trasladado neste trabalho. Não consegue, todavia, esclarecer a data precisa do mesmo. Expressa apenas tratar-se de um inquérito "depois do terramoto de 1755", situa as respostas em meados de 1756 e informa sobre a impossibilidade de "obter todas as respostas a este questionário". Curiosamente, a sua obra, em que utiliza, para avaliação do grau do sismo, a escala de Mercalli (XI graus), assenta em novos interrogatórios, conseguidos por insis tência do pe. Luís Cardoso (16—1769), ampliados com mais algumas perguntas, em relação ao primeiro, entre as quais, e.g., "se padeceu alguma ruína no terramoto de 1755 e em quê; e se está já reparada". Em conformidade com a fonte (António Baião, Director da Torre do Tombo), que SOUSA cita, as respostas, que facultam a base da sua pesquisa, foram fornecidas em 1758, a partir dos novos inquéritos, quando o mesmo pe. Luís Cardoso trabalhava no seu *Diccionario* (cfr. SOUSA, Francisco Luís Pereira de – *O terremoto do 1º de Novembro de 1755 e um estudo demografico*. Lisboa: Serviços Geológicos; Tip. do Comércio 1919-1932, 4 vols., Vol. I. 1919, pp. 5-10). A este propósito veja-se "Interrogatório para a organização do Diccionario de Cardoso". *O Archeologo Português – Collecção Illustrada de Materiais e Notícias publicada pelo Museu Ethnographico Português*. Redactor – J. Luís de Vasconcelos. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, pp. 267-268, e CARDOSO, Luís – *Diccionario geográfico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Regia Offic. Silviana, 1741-1751.

9. O isocronismo tem no relógio de pêndulo um vector capital, que é também vital para o desenvolvimento futuro da indústria da relojoaria, a partir de finais do século XVII, quando o holandês, HUYGENS, Christiaan Van Zuylichem (1629-1695), físico, geómetra e astrónomo, aplica o princípio do pêndulo à mecânica do relógio. A invenção, em 1656, do relógio de pêndulo, torna o seu criador extremamente popularizado. Ainda em meados da década de 70, HUYGENS inventa a espiral de aço, cabelo, para relógios de bolso, substituindo a cerda de porco. Os motivos que estão na origem deste avanço no progresso da avaliação da temporalidade são inteligíveis. É indispensável, em astronomia, um instrumento para bem medir o tempo. As clepsidras e as ampulhetas eram impróprias para fornecer resultados exactos. Após Galileu ter reconhecido o isocronismo das oscilações do pêndulo, os astrónomos tentaram utilizar os seus ensinamentos. HUYGENS aproveitou a lição, fornecendo às engrenagens dos relógios um movimento regular e uniforme, por via de um mecanismo, que dá origem ao princípio conhecido sob o nome de pêndulos. YOUNG, Thomas inclina-se a pensar que o árabe Ibn Ionnis já no século X, tinha aplicado o pêndulo para determinar o tempo. Mas é Sanctorius que, em 1612, parece ter sido o primeiro a aplicar o pêndulo como moderador da engrenagem do relógio (cfr. YOUNG, Thomas – *A course of lectures on Natural Philosophy and the Mechanical Arts*. London: J. Johnson, 1807, t. I, p. 181; SÉDILLOT, Louis-PierreEugène-Amélie (pseud. Lamst) – *Mémoires sur les instruments astronomiques des Arabes*. Paris: Impr. Royale, 1841; UMBOLDT, Alexander Von – *Cosmos, a sketch of*

a *physical description of the Universe*. Translated from the Germany by E. C. Otté. London: H. G. Bohn, 1848, t. II.). A invenção de HUYGENS foi apresentada aos Estados Gerais da Holanda, em 16 de Junho de 1657, e o seu pequeno tratado, *Horologium*, de dez páginas, foi colocado à cabeça do primeiro volume das suas *C. H. Opera varia* (Lugduni Batavorum, 1724, 2 vols.). Desejando aperfeiçoar o seu invento, HUYGENS chegou à conclusão, contrariamente a GALILEU, que não havia isocronismo perfeito. Nas cento e sessenta e uma páginas de *Horologium oscillatorium, sive De motu pendulorum ad horologia aptato demonstrationes geotnetricae* (Parisiis: Apud F. Muguet, 1673), HUYGENS descreveu os princípios que presidiam à sua inovação teórica acerca do relógio de pêndulo cicloidal, que vieram a ser reproduzidos, com adições, nas suas *Opera varia*. Não cabe, no âmbito deste trabalho, descrever os desenvolvimentos posteriores da relojoaria até ao relógio atómico, que utiliza as vibrações dos átomos de cézio, nem a pesquisa em torno dos objectos cósmicos "pulsar" (estrelas de neutrões de rotação rápida), na busca de uma referência sólida, imune à variabilidade de diversas proveniências observadas no seio do sistema solar. As estrelas de neutrões, ou "pulsar", que emitem impulsões de ondas rádio, extremamente regulares, foram descobertas, com o auxílio de um radiotelescópio, pelos astrofísicos britânicos Anthony Hewish e Jocelyn Bell Burnell, em 1967. Independentemente do posterior desenvolvimento do processo, HUYGENS, entre outros, tinha delineado a via que levaria a um enorme progresso que faria da relojoaria uma indústria de "ponta" até à contemporaneidade. A este propósito cfr. BLAIR, Byron Emerson, editor – *Time and frequency: theory and fundamentals*. NBS monograph. Nº 140. [Washington]: Govt Printing Office, 1974, e MILHAN, Willis Isbister – *Time and timekeepers: including the history, construction, care, and accuracy of clocks and watches*. New York: Macmillan, 1945. Sobre HUYGENS, Christiaan Van Zuylichem, veja-se *Nouvelle Biographie Générale depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours, avec renseignements bibliographiques et l'indication des sources a consulter*. Paris: Firmin Didot Frères, Fils et Cie., Editeurs, 1861, [Nova edição], Copenhagen: Rosenkilde et Bagger, 1968, tome XXV-XXVI, pp. 666-679). Para uma leitura amena da história do relógio em Portugal, cfr. OLIVEIRA, Fernando Correia de – *História do Tempo em Portugal: Elementos para uma história do tempo, da relojoaria e das mentalidades em Portugal*. [Lisboa]: Diamantouro, 2003.

10. Coteje-se *Parabens a Portugal: falla hum genio contemplativo, com os seus compatriotas portugueses; ponderando-lhes a inadvertida felicidade em que se achão, pelas disposições do presente governo*. Lisboa: Na Officina de Pedro Ferreira, 1767. Veja-se, a propósito, ALVES, José Augusto dos Santos – "A Universidade de Coimbra na memória da emigração liberal no primeiro quartel de oitocentos". *Universidade(s): História. Memória. Perspectivas. Actas Congresso "Historia da Universidade" (No 7º Centenário da sua Fundação)*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso "Historia da Universidade", 1991, Actas (5), pp. 177-189.

11. Cfr. DAVIDSON, Charles – *The Founders of Seismology*. New York: Arno Press, 1978.

12. IAN-TT. *Ministério do Reino: Livro de Avisos* 5, nº 3º, classe 1ª, 1756-1757, fls. 8.

13. Inquérito transcrito, na resposta, pela freguesia de Azinhoso, Mogadouro, Bragança, (cfr. IAN-TT. *Ministério do Reino*, Maço 638, cx. 742). Respeitei, no traslado, o alinhamento original do texto.

14. "As cátedras principais da Faculdade designadas pela nomenclatura das horas canónicas, eram a de *prima*, onde serviam de texto as *sentenças* de Pedro Lombardo, a de *véspera*, onde era lida a *Summa Theologica* de S. Tomás de Aquino, a de *tércia*, em que se comentava a *Sagrada Escritura* e a de *nôa*, em que se preleccionava sobre o texto de Duns Escoto (ALMEIDA, M. Lopes d'; BRANDÃO, M. – *A Universidade de Coimbra: Esboço da sua história*. Parte II. "A Universidade de 1580 a 1937". Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937, p. 33.

15. Sobre o terramoto de 1755, veja-se, entre outros, ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, "Ruína e sorte em Portugal no século XVIII. A propósito do terramoto de 1755". *Revista de História das Ideias. O sagrado e o profano*. Homenagem a J. S. da Silva Dias. Vol. 9 (1987), Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias; Faculdade de Letras; Universidade de Coimbra, 1987, pp. 327-365; ROUSSEAU, J.J. – "A M. de Voltaire. Le 18 Aotit 1756". *Oeuvres: Correspondance*. Paris: Chez Lerevre, 1820, Tome I, pp. 222-246; SOUSA, Francisco Luís Pereira de – *O megasismo do 1º de Novembro de 1755*

em Portugal. Acompanhado dum estudo demográfico e sobre rochas de construção. Lisboa: Tip. do Comércio, 1915-1916, 2 vols.; *Alguns prognósticos possíveis do terremoto de 1755*. Separata do Boletim da Academia das Sciencias de Lisboa. Nova Série – Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, além dos já citados do mesmo autor (cfr. *supra* nota 8), e VOLTAIRE – *Poemes sur la religion naturelle et sur la destruction de Lisbonne*. Geneve: s.n., 1756, pp. 25-32.

16. IAN-TT. Ministério do Reino, Mç. 638, cx. 742.

17. IAN-TT. Ministério do Reino, Mç. 638, cx 743.

18. IAN-TT. *Manuscritos da Livraria*, nº 1229, "Historia do Terremoto do anno de 1755", fls. 51-51v.

19. *Idem, ibidem*, fls. 54v-55.

20. Em 1883, mais de um século depois do inquérito pombalino, Giuseppe Mercalli propôs a sua escala, um sistema baseado em descrições eivadas de carga subjectiva. A escala foi modificada em 1912, depois em 1931. Na sua última versão, a Escala Modificada de Mercalli, continua a ser actualmente utilizada. Apesar de limitada quanto à energia da origem do sismo, quando os números da escala de Mercalli começaram a ser aplicados aos sismos, os padrões começaram a surgir das miscelâneas das listas informativas. Bem antes de 1920, tornou-se claro que as mais instáveis regiões sísmicas do globo estavam associadas com características da crosta terrestre, i.e., onde esta se apresentava mais enrugada, montanhas e fracturas (cfr. ZEBROWSKI, Jr., Ernest – *Perils of a restless planet: scientific perspectives on natural disasters*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1997). Curiosamente, se a escala de Mercalli é mencionada na história da sismologia, o "inquérito de Pombal" é, por razões óbvias, completamente ignorado, independentemente do sismo e tsunami de Lisboa serem abundantemente referenciados (cfr., a título de exemplo, DAVIDSON, Charles – *The Founders of Seismology*. New York: Arno Press, 1978).

21. Modernidade, enquanto categoria vista como síntese interpretativa do real. A consciência da modernidade constitui-se sobre um duplo movimento: 1 – Consciência de pertença/identificação a um tempo específico; 2 – Vontade de dar um sentido a um mundo que se apavora numa inquietude originária.

22. Por curiosidade, assinala-se que o primeiro instrumento, especificamente designado para registar sismos foi, aparentemente, construído na China em 132. Era um círculo de oito figuras de dragões esculpidas em bronze, cada uma sustentando uma esfera na boca, que, perante um forte abalo de terra, cairia para a boca de um sapo que, supostamente, indicaria a direcção do tremor de terra. Este instrumento era, certamente, uma bela peça de arte, mas de duvidoso valor, enquanto instrumento científico.

Na Europa, pode dizer-se, encontram-se escritos sobre instrumentos para a detecção de sismos desde o princípio do século XVIII (cfr. HAUTEFEUILLE Jean de – *Microscope micrométrique, gnomon horizontal, et instrument pour prendre les hauteurs des astres jusques aux tierces, avec un moyen de prévoir les tremblements de terre*. 1703), sobretudo, com a preocupação de responder mais às questões da inclinação da superfície terrestre do que aos deslocamentos horizontais. Foi Jean de HAUTEFEUILLE (1647-1724) quem primeiro percebeu claramente a importância da contribuição dos instrumentos para o estudo da sismologia, recorrendo às variações de nível do mercúrio líquido derramado de um recipiente. Este pioneiro, também ligado à relojoaria, e ao relógio de pêndulo ou pêndulo de bolso, entrou, em 1675, a propósito da paternidade deste tipo de relógio, em polémica com HUYGENS, Christiaan Van Zuylichem (cfr. *supra* nota 9). Hautefeuille tinha inventado o meio de diminuir as vibrações do balanço do relógio; Huygens, que aperfeiçoou o mecanismo, registou a patente, o que decidiu Hautefeuille a reclamar, sem sucesso, a paternidade da invenção (cfr. HAUTEFEUILLE Jean de – *Factum, touchant les pendules de poche.... Contre maistre Christian Hugens sieur de Zulichem....* [S.1.]: 1676).

Todavia, a honra de ter sido o primeiro europeu a assinalar o uso de um instrumento mecânico, como auxiliar para o estudo de sismos, cabe a CIRILLO, Nicolló – *Memoria sui terremoti*. Napoli: 1738. CIRILLO (1671-1734) recorreu ao pêndulo e à observação das oscilações pendulares no estudo de uma série de sismos em Nápoles, em 1731. A utilização do pêndulo permitiu a

contribuição de Andrea Bina (1751), assim como a de Domenico Salsano, um relojoeiro de Nápoles, que inventou o "geo-sismómetro", em Fevereiro, de 1783. Posteriormente, a lista de contribuições é extensa. De Atanasio Cavalli (1784), e o "sismoscópio", Duca della Torre, A. Filomarino (1796), e o "sismógrafo" de pêndulo, semelhante ao de Salsano, James David Forbes (1809-1868), e o "sismoscópio" (1841), onde experimentou vários arranjos de pêndulos, até Filippo Cecchi (1822-1877) que, beneficiando de todas estas contribuições, constrói, com sucesso, o primeiro sismógrafo (1875), usando dois pêndulos, um sistema em que um detecta o movimento norte-sul e o outro o movimento este-oeste, orientações ainda hoje em uso. John Milne (1850-1913), nos anos seguintes, trabalhando em Tóquio, introduziu consideráveis melhoramentos na sensibilidade deste instrumento (cfr., sobre este tema, ZEBROWSKI, Jr., Ernest – *Perils of a restless planet: scientific perspectives on natural disasters*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1997; DEWEY, James; BYERLY, Perry – "The Early History of Seismometry (to 1900)". *Bulletin of the Seismological Society of America*. [Stanford, Calif.]: The Society, Vol. 59, Nº 1 (February - 1969), pp. 183-227).

23. Veja-se a construção "em gaiola", certamente, no momento, a perspectiva mais correcta para uma construção anti-sísmica.

24. O rio de Heraclito (o escoamento incessante do tempo) gera a ideia da perda inexorável do tempo a cada fracção de segundo, o que sugere que a história do mundo seria apenas o encaminhamento para a morte e a do homem uma teleologia.

25. Cfr. GROSSIN, W – *Les temps de la vie quotidienne*. Berlin: Mouton/De Gruyter, 1974, p. 128.

26. Alors, il ne faut pas dire qu'une heure d'un homme vaut une heure d'un autre homme, mais plutôt qu'un homme d'une heure vaut un autre homme d'une heure. Le temps é tout, l'homme n'est plus rien, il est tout au plus carcasse du temps" (MARX, Karl – *Misère de la philosophie*. Paris: Giard et Brière, 1908, p.70). Com efeito, os quadros temporais pessoais ou colectivos distinguem-se igualmente segundo a autoridade das suas limitações. Uns levantam uma barreira inultrapassável para além do momento preciso da abertura. São definidos, precisos, fixos, intangíveis, intransgressíveis. Para além do sinal inexorável, o quadro temporal encerra, conduzindo ao insucesso, à nulidade, à exclusão: "ninguém pode inscrever-se depois da data de encerramento", "depois da hora já não é a hora", "perdeu-se o comboio" (trata-se da via para interiorizar a virtude, o mérito, cujo panoptismo pune ou premeia). O desregulamento do quadro temporal conduz à desordenação dos empregos do tempo e programações ulteriores, individuais ou colectivas. O estorvo dos quadros temporais é tal que as latências e os atrasos ocasionam confusões, embaraços, impaciências, irritações, disputas (o tempo do número é aqui essencial). Em derradeira instância, uma série de questões que nos transportam ao conflito dialéctico entre tempo pessoal (vivido) e tempo do relógio (mecânico/atómico) e a perguntas transcendentais como: Quantos instantes tem um momento? Quanto tempo dura um instante? Quanto tempo dura um quarto de hora?

27. Cfr. GASPARINI, G. – "L'attesa: un tempo industriale". *Studi di Sociologia*. Milano: Vita e pensiero, Vol. 30, Nº 1 (Marzo - 1992), pp. 23-45.

28. Se aqui falamos de pombalismo e da importância que tem no Portugal setecentista, que se encontra no limiar da pré-modernidade, esta perspectiva não significa a exclusão de um outro olhar, sobre a concepção de tempo, nos dias de hoje, ou seja uma proposta de ecologia temporal, com perspectivas hedonistas, que ganhará melhores condições temporais para a existência quotidiana. Na verdade, esta ecologia acabará por destruir o principal entrave à concepção de uma nova organização social e pessoal. O quadro, que constitui a representação colectiva de um tempo fundamental único, mantido e posto ao serviço pela sociedade industrial mecanizada, tornou-se anacrónico, paralisa toda a iniciativa de envergadura, condena os espíritos à errância, os projectos políticos à insignificância ou à estagnação. Ao desenvolvimento da automação, da robotização, da informática correspondem novos utensílios de pensamento, uma nova visão das relações sociais, uma ética garantindo a todos, na equidade, o acesso a tempos escolhidos (cfr.

GROSSIN, William – *Pour une science des temps. Introduction à l'écologie temporelle*. Toulouse: Octares, 1996, p. 247).

29. O movimento de rotação da Terra, cerca de 24 horas, mas a Terra não é um relógio perfeito, porque a velocidade de rotação varia ligeiramente, como um relógio que tanto se adianta como se atrasa.

30. Cfr. GROSSIN, William – *Pour une science des temps...*, pp. 16-53.

31. LALANDE, André – *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: PUF, 1960, p. 795.

32. Cfr. GROSSIN, William – *Pour une science des temps...*, pp. 229.

33. Cfr. ELCHARDUS, Mark – *The Rediscovery of Chronos: The New Role of the Time in Sociological Theory*. Brussel: VUB, Centrum voor Sociologie, [1987], p. 10.

34. KOYRÉ, Alexandre – *Estudos Galilaicos*. Lisboa: Dom Quixote, 1986, p. 361.

35. KOYRÉ, Alexandre – *Do mundo fechado ao universo infinito*. Lisboa: Gradiva, D.L. 1987, p. 7.

36. Cfr. GOUREVITCH, Aaron. J. – *Les catégories de la culture médiévale*. Paris, Gallimard, 1983, p. 96.

37. *Idem, ibidem*, p. 154.

38. Cfr. SANTOS, Milton – "La géographie à la fin du XXe siècle: les nouveaux rôles d'une discipline menacée". *Revue Internationale de Sciences Sociales. L'épistémologie des sciences sociales: Statut scientifique, valeurs et institutionnalisation*. 102. Vol. XXXVI (4-1984), Paris: UNESCO, 1984, pp. 691-707.

39. Cfr. POCKOCK, John Greville Agard – *Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1975, p. 31.

40. Se a Revolução Francesa inventa a centralidade do corpo da modernidade, cria o direito da naturalidade (o de nascer num território) e as garantias dos direitos que lhe assistem, colocando em causa todos os outros direitos anteriores, nos quais assentava o poder da aristocracia, contribuindo, assim, para a consolidação histórica do Estado moderno), então, podemos dizer que o tempo do relógio, antecipando-se, concebe o direito da temporalidade (o de nascer em determinada hora), que preconiza uma nova visão do mundo, o da modernidade que se aproxima.

ABSTRACTS

Num século "ideofágico" e "mitofágico", em que "desconhecidos" agitadores, anti-escolásticos e defensores de ideais subversores, aparentemente não coniventes com o poder, lançam a discussão no seio do Estado e da Sociedade e tentam o centro, o meio-termo, à boa maneira de um eclectismo pontual que não esquece a visão conservadora, mas mantendo-se abertos às inovações, o pombalismo aparenta-se a um marco miliário que apresenta características transformacionais e, muitas vezes, polémicas ao nível das várias esferas, como a literária, por vezes moralizadora e costumeira, a científica ou a técnica. Esta breve alusão conjuntural encaminha-nos ao Marquês de Pombal e às mudanças de paradigma em que se envolve, e assegura, enquanto protagonista do poder que contribui, nesta ambiência, para a abertura a várias transmutações, numa espécie de inter-comunicabilidade entre paradigmas. É sob este ponto de vista da mudança, que o inquérito pombalino, só por si inovador, mandado realizar, após o terramoto de 1755, nos envia, para lá da ruptura técnico-científica que em si encerra, para o sistematizado aparecer de um novo conceito de temporalidade, no mínimo de outra medição do tempo, que devendo ser olhado na perspectiva social, económica, política e cultural, merece, sobretudo, ser visto sob o ângulo em apreço neste trabalho, isto é, no de um outro tempo que se aproxima.

In a "ideiophagic" and "mythophagic" century in which "unknown" agitators, anti-scholastic individuals and defender of subversive ideas who, apparently not in accordance with the law, create discussion in the hearth of the State and Society and try a centre or mid-term position in an eclectically fashion which does not disregard conservative perspectives but maintains itself open to innovation, pombalismo appears as a milestone which presents transformational features that are many times polemic within certain spheres namely literary (many times moralising and customary), scientific and technical. This brief conjunctural allusion leads us to the Marquis of Pombal and to the paradigmatic shifts in which he was involved. As the protagonist of power within this context, the Marquis of Pombal contributed to the emergence of various transmutations in what may be considered a kind of inter-communicability among paradigms. It is within this perspective of change, that the pombalino official inquiry, requested after the earthquake de 1755, is not only, in itself, innovative but leads us beyond the scientific and technological rupture it represents into a systemised emergence of a new concept of temporality which should be looked upon from a social, economical, political and cultural perspective and also from the perspective of the scope of this study, which is that of another era that arises.

INDEX

Keywords: Marquis de Pombal, paradigm, temporality, earthquake

Palavras-chave: Marquês de Pombal, paradigma, temporalidade, terramoto

AUTHOR

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ALVES

Centro de História da Cultura Universidade Nova de Lisboa

Doutor e Agregado em História e Teoria das Ideias pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É investigador do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, e membro da Association International des Sociologues de Langue Française, da Asociación de Historiadores de la Comunicación, do Foro Iberoamericano sobre Estrategias de Comunicación (FISEC). É autor de *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio: O Português – Londres, 1814-1826* (1992); *A opinião pública em Macau: a imprensa macaense na terceira e quarta décadas do século XIX* (2000); *A opinião pública em Portugal (1780-1820)* (2000); *Comunicação e História das Ideias: A Génese do "Editorial Político"* (2004), *O Poder da Comunicação* (2005).